



PODER EXECUTIVO
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 070/2018
LEILÃO Nº. 001/2018

PREÂMBULO

O Município de Presidente Olegário - MG, com endereço na Praça Doutor Castilho nº. 10, Centro, torna pública, aos interessados, a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 070/2018**, na modalidade **LEILÃO Nº. 001/2018**, pelo critério de julgamento **MAIOR LANCE OU OFERTA - LOTE**, para **VENDA DE MATERIAL RECICLÁVEL SELECIONADO NA USINA DE TRIAGEM DE LIXO DESTA CIDADE.**

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O Leilão terá como Leiloeiro(a), aqueles designados pela Portaria Municipal nº 75/2018 e será regido pela Lei Federal nº. 8.666/93, de 21/06/93, em conformidade com o artigo 22, §5º e pelas demais normas pertinentes e condições fixadas neste presente Edital.

II – OBJETO

1. - É objeto da presente leilão a **VENDA DE MATERIAL RECICLÁVEL SELECIONADO NA USINA DE TRIAGEM DE LIXO DESTA CIDADE.** conforme descrição e especificação no Anexo I deste instrumento convocatório.

III – DA DATA DA SESSÃO PÚBLICA

1. - A sessão pública de abertura deste certame ocorrerá no dia, horário e local especificados abaixo:

DIA: 26/06/2018

PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14h00min, impreterivelmente.

ABERTURA DOS ENVELOPES: após o credenciamento, às 14h10min.

LOCAL: Sala de reuniões da Prefeitura, situada na Praça Dr. Castilho nº 10, Centro, em Presidente Olegário/MG.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1. Poderão participar desta licitação empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado e, também:
 - 1.1. Estabelecidas no país, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste edital e respectivos anexos.
2. Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação e do fornecimento de bens necessários:
 - 2.1. Empresas cujo **objeto social** não seja pertinente e compatível com o objeto deste Leilão.
 - 2.2. Excepciona-se o disposto acima, quando a sociedade apresentar autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto, por deliberação representativa do primeiro número inteiro superior à metade do capital social ou outro quórum estabelecido no contrato social (art. 70 da Lei Complementar nº 123/06.)
 - 2.3. Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;
 - 2.4. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 28 do Decreto nº 5.450/05) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93);
 - 2.5. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98;
 - 2.6. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - 2.7. Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;
 - 2.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);
 - 2.9. Quaisquer interessados que se enquadre nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.
3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

V – DA DISPONIBILIDADE E AQUISIÇÃO DO EDITAL

1. Para consulta e conhecimento, os interessados poderão adquirir o Edital completo do certame e Anexos nos seguintes endereços:



1.1. eletrônico, pelo site: www.po.mg.gov.br/licitacoes;

1.2. junto à Divisão de Compras e Licitações, localizada na Praça Dr. Castilho nº 10, Centro, em Presidente Olegário-MG. Telefone: (34) 3811-1560.

VI – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. A proposta de preços e os documentos de habilitação de cada licitante deverão ser apresentados em envelopes distintos, indevassáveis e colados, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO
“ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇOS”
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2018
LEILÃO Nº 001

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO
“ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
PROCESSO LICITATÓRIO 070/2018
LEILÃO Nº 001

2. Os referidos envelopes deverão ser protocolados e entregues **até às 14h00min do dia 26 de junho de 2018, impreterivelmente, no Setor de Protocolo** da Divisão de Compras e Licitações, na Praça Dr. Castilho nº 10, Centro.

3. O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO não se responsabilizará por envelopes de “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação” entregues diferentemente do exigido no item anterior ou envelopes entregues em outro setor/pessoa.

4. Quaisquer documentos que forem apresentados sem que tenham sido solicitados no edital, serão desprezados durante a conferência pela Comissão.

VII – DO CREDENCIAMENTO

1. O leiloeiro, no dia, local e horário, designados para a sessão pública, procederá ao credenciamento dos interessados na licitação.

2. O horário do credenciamento será até as **14h00min**, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados. Após o credenciamento, o Leiloeiro declarará encerrado o mesmo, momento que não mais serão aceitos novos proponentes, iniciando-se, em seguida à abertura da sessão pública.

2.1. No ato do credenciamento/protocolo, o representante deverá portar todas as cópias necessárias, pois o município não dispõe de equipamento para fazer cópias para as licitantes.

3. O credenciamento far-se-á através de:

3.1. Pessoa Física:

- a) Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Documento oficial de identificação com foto.
- b) **Declaração Habilitatória**, conforme **Anexo III**, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados do edital.

3.2. Representante Legal: (Pessoa Jurídica)

- a) Estatuto Social, Contrato Social (última alteração) ou outro documento de registro comercial no qual conste os poderes necessários para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, principalmente quanto ao lance verbal e desistência ou manifestação de recurso, juntamente com
- b) Documento oficial de identificação com foto.
- c) **“Declaração Habilitatória”**, conforme **Anexo III**, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados do edital.

3.3. Procurador:

- a) Estatuto ou Registro Comercial ou Contrato Social e última alteração ou documento equivalente devidamente registrado, **em caso de Pessoa Jurídica**;
 - b) Instrumento público ou particular de procuração, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura (*Anexo II*)
-



- c) Documento oficial de identificação com foto do outorgado.
- d) *Sendo o credenciamento feito por instrumento particular de procuração (modelo Anexo II), este deverá possuir firma reconhecida.*
- e) “**Declaração Habilitatória**”, conforme **Anexo III**, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados do edital.

3.4. Se remetido via postal, deve apresentar, fora dos envelopes :

- a) Estatuto ou Registro Comercial ou Contrato Social e última alteração ou documento equivalente devidamente registrado; *Se Pessoa Física* apresentar o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Documento de Identidade (RG)
- b) “**Declaração Habilitatória**”, conforme **Anexo III**, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados do edital.

4. Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 3.1 ou 3.2 e 3.3, deverão vir **FORA DOS ENVELOPES** de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

5. Havendo remessa via postal dos envelopes, ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 3.1 ou 3.2 e 3.3, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

6. Em todos os casos expostos nos itens “3.1., 3.2., 3.3 e 3.4. ”, se a empresa licitante tiver interesse em fazer uso dos benefícios constantes da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, deverá apresentar, no ato do credenciamento, a **Declaração de Condição de Microempresa ou EPP e/ou a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial emitida nos últimos 60 dias**, sob pena de preclusão do direito de reclamar tais benefícios.

7. **Será admitido o mesmo representante para mais de uma licitante credenciada, entretanto, não poderá haver disputa para o mesmo item, sendo vedada ainda, a participação de empresas que tenham em seu contrato social, sócio-gerente, administrador, proprietário ou assemelhado que coincidam com os de outra empresa, vedado também a participação de empresas que possuem parentesco entre seus representantes.**

VIII – DA PROPOSTA DE PREÇOS

1. A proposta de preços deverá ser apresentada em uma via, preenchida de forma legível, sem rasuras, emendas, borrões, ressalvas, entrelinhas ou outras omissões que dificultem o seu entendimento e assinada pelo representante legal da empresa. Dela deverá constar obrigatoriamente:

- a) o correto preenchimento de todos os dados solicitados no modelo do Anexo I;
- b) descrição do objeto ofertado, conforme especificações constantes no Anexo I deste edital, incluindo marca;
- c) prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias;

2. Só serão admitidas propostas que ofertem apenas um preço para o **LOTE** do objeto desta licitação.

3. Propostas que possuam pequenas incorreções que não acarretem lesões ao direito das demais licitantes, poderão ser retificadas pelo representante legal da empresa ou seu mandatário na sessão pública do leilão, após autorização do leiloeiro (a) que terá autonomia para decidir sobre o que determina por pequenas incorreções.

4. Erros de soma e/ou multiplicação apurados nos itens da planilha de preços poderão ser corrigidos pelo Leiloeiro (a) após a solicitação do licitante, isto significa que o leiloeiro (a) não poderá, de ofício, alterar as propostas.

5. Só serão admitidas propostas que ofertem apenas um preço para cada item deste leilão.

6. Os preços ofertados somente serão apreciados se contendo duas casas decimais, caso contrário será desprezado o excedente.

7. A apresentação da proposta por parte da licitante significa **pleno conhecimento e integral concordância** com os Títulos e condições deste edital e total sujeição à legislação pertinente.

8. As propostas de preços deverão ser apresentadas, preferencialmente, no padrão do modelo constante do Anexo I deste edital, no entanto, se houver informações inerentes ao objeto leiloadado, deverão ser acrescentadas pelo licitante ficando este o único responsável por apresentá-las. Caso utilize de modelo próprio, fazer constar os dados da empresa, e dados do responsável legal para celebração do contrato.

9. **Os preços da avaliação mínima dos bens a serem leiloadados, constam no anexo II, deste Edital.**

10. **Somente poderão participar do leilão, o arrematante que ofertar valor para todos os itens do anexo I-referente à carga 1 e 2.**

11. **O lote será adquirido pelo maior preço oferecido, respeitando o limite mínimo estipulado no anexo II.**

IX – DA HABILITAÇÃO

1. – Com o objetivo de comprovar a sua situação de regularidade, as licitantes deverão apresentar:

2. PESSOA JURÍDICA

2.1. **Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral** emitido pela Receita Federal do Brasil;

2.2. **Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;**

2.3. Prova de **regularidade** para com a **Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede da empresa licitante;



2.4. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440/11.

2.6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial expedida cartório pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 60 (sessenta) dias antes da entrega das propostas;

2.7. Declaração Licenciamento Ambiental do Empreendimento, ou Comprovante, ou Declaração da empresa à qual se destina os produtos recicláveis que não foram comercializados.

2.8. Juntamente com os documentos referidos nas cláusulas anteriores será apresentada, para fins de habilitação, Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, firmada, sob as penas da lei, de que:

2.8.1. a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;

2.8.2. a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei;

2.8.3. assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

2.8.4. de disponibilidade de recursos humanos e materiais, equipamentos, ferramentas necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, assinada pelo representante legal da empresa.

3. PESSOA FÍSICA.

3.1. Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Documento de Identidade (RG);

3.2. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede da licitante;

3.4. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal *OU Declaração de que não possui empregados.*

3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440/11.

3.6. Comprovante de inscrição no PIS/PASEP, ou documento equivalente;

3.7. Certidão Negativa Judicial de Natureza Cível, tipo: Execução Cível, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias antes da entrega das propostas;

3.8. Declaração Licenciamento Ambiental do Empreendimento, ou Comprovante, ou Declaração da empresa à qual se destina os produtos recicláveis que não foram comercializados.

3.9. Juntamente com os documentos referidos nas cláusulas anteriores será apresentada, para fins de habilitação, Declaração, assinada pelo licitante, firmada, sob as penas da lei, de que:

3.9.1. a Pessoa Física não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;

3.9.2. para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;

4. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por Cartório competente ou autenticadas na Prefeitura Municipal de Presidente Olegário, mediante apresentação do original, durante a habilitação pelo Leiloeiro (a) ou no ato do credenciamento por funcionário autorizado, ou ainda publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

5. Os documentos emitidos pela Internet serão aceitos, estando sujeitos à verificação de sua autenticidade na hora da abertura – Habilitação.

6. A Microempresa – ME, a Empresa de Pequeno Porte - EPP ou equiparado, deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

7. Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal de ME ou EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município de Presidente Olegário, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Leiloeira convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à autoridade competente para revogação.

X – DA SESSÃO PÚBLICA



1. Encerrado o prazo de credenciamento, a Leiloeira declarará aberta a sessão pública, recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação, respeitando-se a ordem de credenciamento efetuada.

2. Classificação das propostas comerciais:

2.1. Abertos os envelopes de Propostas de Preços, serão analisadas e verificadas o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

3. Lances Verbais

3.1. Será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e crescentes, a partir do autor da proposta classificada de menor preço e os demais.

3.2. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação de lances.

3.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo leiloeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelos licitantes, para efeito de posterior ordenação das propostas.

3.4. O valor de acrescimo dos lances será de, no mínimo, **0,5% (meio por cento)** do maior valor apresentado ou conforme estabelecido pela licitante na sessão pública de leilão.

4. Julgamento

4.1. O critério de julgamento será o de **MAIOR LANCE OU OFERTA** ofertado por **LOTE**, observadas as demais condições definidas neste Edital.

4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a Licitante examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

4.2.1. Caso não se realizem lances verbais será verificada a conformidade entre a proposta escrita de maior preço e o valor estimado da contratação.

4.2.2. Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

4.3. Sendo aceitável a oferta de maior preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

4.4. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

4.5. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, a Licitante examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual apresentou proposta.

4.6. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, a Licitante poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.

5. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Leiloeiro (a), Equipe de Apoio e pelos licitantes.

6. Havendo interesse de algum licitante em interpor recursos, serão recolhidos os envelopes de habilitação de todos os participantes, até o julgamento dos recursos.

7. O leiloeiro (a) devolverá os envelopes de “documentos de habilitação”, inviolados, nos seguintes casos:

7.7.1. após a decisão dos recursos, os licitantes julgados desclassificados em todos os itens;

7.7.2. após a efetiva entrega pelo vencedor do objeto licitado;

8. A sessão pública deste leilão será gerenciada pelo Leiloeiro (a) Oficial e sua equipe de apoio.

XI – DOS RECURSOS

1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá imediata e motivadamente, manifestar a intenção de recorrer, o que será, preliminarmente, avaliado quanto a sua aceitabilidade, pelo Leiloeiro.

2. Sendo aceito na preliminar o recurso, a síntese do mesmo será lavrada em ata, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

3. O licitante poderá também apresentar as razões no ato do leilão, as quais serão levadas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 03 dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

5. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 dias úteis.

6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos desta Instituição e comunicado a todos os licitantes via correio eletrônico.

8. A petição e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidas:



- 8.1. ser dirigidas ao Leiloeiro (a), no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme estabelecido no item 2 deste Título, que deverá decidir, auxiliado pelo setor jurídico;
 - 8.2. ser encaminhadas para o endereço eletrônico compras@po.mg.gov.br, ou protocolizadas na sala da Divisão de Compras e Licitações em uma via original, emitida por computador, contendo razão social, número do CNPJ ou CPF e endereço da empresa, rubricadas em todas as folhas e assinadas pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhadas de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.
9. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos desta Instituição e comunicado a todos os licitantes via correio eletrônico.

XII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo manifestação recursal, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatória, o Leiloeiro inabilitará o licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Leiloeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
3. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

XIV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A recusa do adjudicatário em executar o contrato no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, bem como o atraso, caracterizará descumprimento da obrigação assumida e permitirá a aplicação das seguintes sanções pelo MUNICÍPIO:
 - 1.1. advertência, que será aplicada sempre por escrito;
 - 1.2. multas;
 - 1.4. suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Presidente Olegário;
 - 1.5. indenização ao MUNICÍPIO da diferença de custo para venda dos produtos de outro licitante;
 - 1.6. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo não superior a cinco anos.
2. Será aplicada multa a razão de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total arrematado, por dia de atraso na inexecução do contrato;
3. Será aplicada multa a razão de 3,0% (três por cento) sobre o valor total arrematado, por inexecução parcial das obrigações contratuais;
4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor arrematado.
5. As sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa ao LICITANTE, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato.
6. Extensão das penalidades:
 - 6.1. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:
 - a) retardarem a execução do leilão;
 - b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração
 - c) fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

XV – DO PAGAMENTO

1. O arrematante efetuará, obrigatoriamente, no ato da compra, o pagamento integral do lote, mediante pesagem *in loco* do material reciclado.
2. O pagamento pelo lote será efetuado à vista, calculado sobre a quantidade aferida pela pesagem individualizada de cada item contido no lote, de acordo com o preço unitário ofertado sobre cada item, e, somente poderá ser feito em moeda corrente no país.
3. O pagamento será efetuado após a emissão da guia (documento de arrecadação municipal), a ser fornecida ao arrematante em plena conformidade à quantidade e descrição do material de reciclagem aferida na pesagem.
4. O lote arrematado não poderá ser pago em hipótese alguma através de cheque, nem mediante compensação de eventuais créditos junto à Prefeitura Municipal de Presidente Olegário-MG.
5. Todos os ônus fiscais e parafiscais, impostos, taxas, custos ou quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante, inclusive, no que se refere ao pagamento dos encargos fiscais que se fizerem necessários ao transporte/frete dos materiais descritos no ANEXO I.
6. O contratado que deixar de efetuar o pagamento, de acordo com o exigido no edital, será considerado inadimplente e submetido às sanções administrativas previstas nos incisos I do art. 87 da Lei 8.666/93, devendo recolher multa de 10% do



valor arrematado, além do impedimento de participar dos próximos leilões da Prefeitura Municipal de Presidente Olegário, pelo prazo de 02 (dois) anos.

XVI – DA EXECUÇÃO

1. Os materiais serão distribuídos em um único lote, com as suas características, quantidades e preços mínimos fixados para alienação, e discriminados no **Anexo I** que é parte integrante deste Edital.
2. O MUNICIPIO reserva-se no direito de não efetuar a entrega do bem leiloadado ao COMPRADOR, quando houver infringência ou desacordo com o previsto neste contrato, podendo rescindi-lo, nos termos do art. 78, inciso I, da Lei Federal nº 8666/93.
3. O MUNICIPIO fornecerá a COMPRADORA o lote arrematado aproximadamente a cada 20(vinte) dias, todavia o prazo estabelecido poderá ser inferior ou superior ao citado.
4. As quantidades de materiais estipuladas do lote nº 1 constantes no Anexo I e no Anexo II, equivale a uma carga completa, sendo:
 - CARGA 01** - Materiais diversos: Aproximadamente 8.838 Kg (oito mil e oitocentos e trinta e oito) kgs, que deverá ser retirada sempre que solicitado pelo responsável da Usina, no prazo máximo de **72(setenta e duas) horas**.
 - Em média uma carga se completa a cada 10(dez) dias.
 - CARGA 02** - Vidro: Aproximadamente 300 (trezentos) kgs, que deverá ser retirada toda vez que solicitada pelo responsável da Usina, no prazo máximo de **72(setenta e duas) horas**.
 - Em média uma carga se completa a cada 30(trinta) dias.
5. O arrematante só poderá retirar a carga mediante a comprovação da quitação da guia de arrecadação, dessa forma é recomendado que seja feita a pesagem durante a manhã.
6. **A não execução, a execução incompleta ou insatisfatória dos serviços, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento.**

XVII - DA VIGÊNCIA

1. A presente contratação será efetivada pelo período de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato.
2. O contrato poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes desde que em conformidade com o art. 57 da lei 8.666/93.

XVIII - DOS RECURSOS FINANCEIROS

1. A arrecadação decorrente da presente Licitação integrará o orçamento vigente nas dotações orçamentárias próprias.

XIX – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1. – O edital encontra-se disponível na internet, no site www.po.mg.gov.br ou, ainda, poderá ser obtida a cópia na sala da Divisão de Compras e Licitações, no horário de 12 às 17 horas.
2. - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.po.mg.gov.br, bem como as publicações no Diário Oficial de Minas Gerais, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.
- 3 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail compras@po.mg.gov.br, até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura das propostas.
 - 3.1** - As respostas do(a) Leiloeiro (a) às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail ou disponibilizada no site www.po.mg.gov.br no campo “LICITAÇÕES > EDITAIS”, no link correspondente a este edital, ficando acessíveis a todos os interessados.
- 4 - No link correspondente ao edital serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o(a) Leiloeiro (a) julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o site com frequência.
- 5 - Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por cidadão, até o 5º dia útil, e por licitantes, até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico compras@po.mg.gov.br, ou protocolizadas na Divisão de Compras e Licitações, dirigidas ao(a) Leiloeiro (a), que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pelo setor jurídico.
 - 5.1** - A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pelo licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).
 - 5.1.1** - Os documentos citados no subitem 5.1 poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor público da Divisão de Compras e Licitações ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, caput, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei nº 8.666/93.
 - 5.2** - O Município de Presidente Olegário não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Leiloeiro (a), e que, por isso, sejam intempestivas.



5.3 - Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93.

5.4 - A decisão do Leiloeiro (a) será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será divulgada no site deste Município para conhecimento de todos os interessados.

XX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra sendo considerado totalmente aceito após apresentação da documentação e da proposta de preços, momento que não serão aceitos alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

2. Os proponentes interessados tanto nas “propostas de preços” como dos “documentos de habilitação” poderão, a qualquer tempo, solicitar, junto ao Leiloeiro (a), vista dos autos do processo.

3. É facultado ao Leiloeiro (a) ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Leilão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.**

4. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após a abertura da sessão do leilão.

5. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6. A presente licitação somente poderá ser revogada ou anulada, conforme previsto na legislação pertinente.

7. O Leiloeiro (a), no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

8. Ficarão retidos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os envelopes de todas as empresas participantes do certame; expirado esse prazo, os representantes das empresas participantes terão o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para retirada dos envelopes de documentação. Caso não seja observado o prazo aqui previsto, o(s) envelope(s) de documentação será(ão) destruído(s), o que implica em renúncia do direito a possíveis reclamações.

9. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11. - Constituem anexos do presente edital, dele fazendo parte integrante:

- | | | |
|-------------|---|--|
| - Anexo I | – | Planilha de Preços; |
| - Anexo II | – | Lance Inicial; |
| - Anexo III | – | Modelo de Credenciamento; |
| - Anexo IV | – | Declaração Habilitatória; |
| - Anexo V | – | Declaração de Idoneidade; |
| - Anexo VI | – | Declaração de Condição de Microempresa ou EPP; |
| - Anexo VII | – | Minuta de Contrato. |
| - Anexo VII | – | Termo de Referência. |

Presidente Olegário, 05 de junho de 2018.

Adriana Nair Silva Sousa
Leiloeira Oficial
Município de Presidente Olegário-MG



PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 070/2018
LEILÃO Nº. 001/2018

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 070/2018.
LEILÃO Nº. 001/2018.

OBJETO: VENDA DE MATERIAL RECICLÁVEL SELECIONADO NA USINA DE TRIAGEM DE LIXO DESTA CIDADE.

PESSOA JURÍDICA

Razão Social do Licitante:

CNPJ:

Insc. Estadual:

Endereço:

CEP: _____ - _____

Cidade:

Estado:

Telefone:

e-mail:

PESSOA JURÍDICA/ PESSOA FÍSICA

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:

Endereço:

CEP:

Identidade:

Órgão expedidor/UF:

Data de Expedição:

Estado Civil:

Nacionalidade:

CPF:

e-mail

- Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos de deslocamentos, impostos, obrigações, entre outros.
- Validade da Proposta: Não inferior a 60 dias contados da data-limite prevista para entrega da proposta, conforme art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93.
- Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preço e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.
- Declaramos também que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Assinatura: _____ Data ____/____/____



PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 070/2018
LEILÃO Nº. 001/2018

ANEXO I

PLANILHA DE PREÇOS

LOTE 1- (ÚNICO)

Segue abaixo tabela descritiva do Material selecionado e coletado da Usina de triagem de Lixo:

CARGA 1

Quant. Aprox. da Carga	Material	Valor Unitário Inicial	Lance Total
150 KG	ALUMÍNIO – LATINHA CERVEJA, PANELA.		
50 KG	COPINHO		
560 KG	LATA DE FERRO		
30 KG	MARMITEX		
340 KG	PAPEL – BRANCO MISTO E JORNAL		
2.808 KG	PAPELÃO MARRON / MISTO		
520 KG	PET BRANCO		
180 KG	PET COMUM / ÓLEO		
240 KG	PET VERDE		
780 KG	PLÁSTICO DURO / GROSSO EM GERAL		
180 KG	RÁFIA		
300 KG	REVISTA		
1.560 KG	SACOLINHAS PLÁSTICO COLORIDO		
100 KG	SACOLINHAS PLÁSTICO BRANCO E FILME		
188 KG	TETRA PAK		
750 KG	PLÁSTICO SECO (CARÇAÇA DE TV, COMPUTADOR, TELEFONE, CANO PVC, MANGUEIRA, PARACHOQUES)		
05 KG	PILHAS, BATERIAS EM GERAL.		
50 UN	LITROS DE PINGA		
30 UM	GARRAFA DE CERVEJA		
04 KG	COBRE SUJO		
03 KG	METAL		
10KG	ALUMÍNIO SUJO		
Total Aproximado da Carga Do Lote: 8.838 Kg		Valor Total:	

CARGA 02

Quant. Aprox. Da Carga	Material	Lance Unitário	LanceTotal
300 KG	VIDRO BRANCO/COLORIDO/LÂMPADAS		
Carga Total do Lote: 300 Kg		Valor Total do Lote:	

TOTAL GERAL R\$



PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 070/2018
LEILÃO Nº. 001/2018

ANEXO II

LANCE INICIAL

LOTE 1- (ÚNICO)

Segue abaixo tabela descritiva do Material selecionado e coletado da Usina de triagem de Lixo:

CARGA 1

Quant. Aprox. Da Carga	Material	Lance Unitário Inicial	Total
150 KG	ALUMÍNIO – LATINHA CERVEJA, PANELA.	R\$ 2,83	R\$424,50
50 KG	COPINHO	R\$ 0,09	R\$4,50
560 KG	LATA DE FERRO	R\$ 0,15	R\$84,00
30 KG	MARMITEX	R\$ 0,08	R\$2,40
340 KG	PAPEL – BRANCO MISTO E JORNAL	R\$ 0,13	R\$44,20
2.808 KG	PAPELÃO MARRON / MISTO	R\$ 0,26	R\$730,08
520 KG	PET BRANCO	R\$ 1,13	R\$587,60
180 KG	PET COMUM / ÓLEO	R\$ 0,33	R\$59,40
240 KG	PET VERDE	R\$ 1,10	R\$264,00
780 KG	PLÁSTICO DURO / GROSSO EM GERAL	R\$ 0,23	R\$179,40
180 KG	RÁFIA	R\$ 0,10	R\$18,00
300 KG	REVISTA	R\$ 0,08	R\$24,00
1.560 KG	SACOLINHAS PLÁSTICO COLORIDO	R\$ 0,23	R\$358,80
100 KG	SACOLINHAS PLÁSTICO BRANCO E FILME	R\$ 0,46	R\$46,00
188 KG	TETRA PAK	R\$ 0,06	R\$11,28
750 KG	PLÁSTICO SECO (CARCAÇA DE TV, COMPUTADOR, TELEFONE, CANO PVC, MANGUEIRA, PARACHOQUES)	R\$ 0,16	R\$120,00
05 KG	PILHAS, BATERIAS EM GERAL.	R\$ 0,06	R\$0,30
50 UN	LITROS DE PINGA	R\$ 0,22	R\$11,00
30 UM	GARRAFA DE CERVEJA	R\$ 0,15	R\$4,50
04 KG	COBRE SUJO	R\$ 4,66	R\$18,64
03 KG	METAL	R\$ 4,33	R\$12,99
10KG	ALUMÍNIO SUJO	R\$ 1,33	R\$13,30
Total Aproximado Da Carga Do Lote: 8.838 Kg		Valor Total:	R\$ 3.018,89

CARGA 02

QUANT. APROX. DA CARGA	MATERIAL	LANCE UNITÁRIO	VALOR TOTAL
300 KG	VIDRO BRANCO/COLORIDO/LÂMPA DAS	R\$ 0,04	R\$12,00

TOTAL GERAL R\$ 3.030,89

Carga aproximada a ser coletada quando solicitada a retirada: 9.138 Kg



PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 070/2018
LEILÃO Nº. 001/2018

ANEXO III

MODELO DE CREDENCIAMENTO (PROCURAÇÃO)

OUTORGANTE: A _____ (nome da empresa/pessoa física), CNPJ/CPF _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) _____ (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço).

OUTORGADO: Senhor(es) _____ (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço).

PODERES: A quem confere poderes para, junto ao Município de Presidente Olegário, praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação em epígrafe, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s) ainda, poderes especiais para:

- desistir de recursos e do prazo recursal;
- interpor recursos;
- apresentar lances verbais;
- assinar declarações e outros documentos;
- negociar preços e demais condições;
- confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar Quitação, podendo ainda, substabelecer-se esta para outrem, com ou sem reserva de poderes.

..... de..... de..... de 2018.

OUTORGANTE (RECONHECER FIRMA)



PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 070/2018
LEILÃO Nº. 001/2018

ANEXO IV
DECLARAÇÃO HABILITATÓRIA

A empresa _____, CNPJ _____ para fins de atendimento ao inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520 de 17.07.02, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados no edital e que tem conhecimento de que fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento poderão implicar na desclassificação desta empresa.

....., de de 2018.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa



PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 070/2018
LEILÃO Nº. 001/2018

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa _____, CNPJ _____, com sede na _____, cidade _____/UF, CEP: _____ - _____ DECLARA, sob as penas da lei, que:

- a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
- assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.
- tem disponibilidade de recursos humanos e materiais, equipamentos e ferramentas necessários ao cumprimento e efetiva entrega do objeto desta licitação.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

_____, _____ de 2018.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa



Município de Presidente Olegário - MG
Pç. Dr. Castilho – 10, Centro – 38750-000
☎ (34) 3811-1560 - (34) 3811-1231

www.po.mg.gov.br - E-mail: compras@po.mg.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 070/2018
LEILÃO N°. 001/2018

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

A empresa _____, com inscrição no CNPJ sob o n° _____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador do CPF n° _____ e RG _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____, nos termos do art. 3º da Lei Complementar n° 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do mencionado artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido, de acordo com o disposto nos arts. 42 a 49 da citada Lei e Complementar 147 de 07 de agosto de 2014 que altera a Lei Complementar 123/06.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n° 123/06 e n° 147/14, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n° 8.666/93.

_____, _____ de _____ de 2018.

REPRESENTANTE LEGAL

CONTADOR DA EMPRESA/CRC

Obs.: * Declaração a ser emitida em papel timbrado, ou em papel simples, com carimbo da empresa, de forma que identifique a proponente.



Município de Presidente Olegário - MG
Pç. Dr. Castilho – 10, Centro – 38750-000
☎ (34) 3811-1560 - (34) 3811-1231

www.po.mg.gov.br - E-mail: compras@po.mg.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 070/2018
LEILÃO Nº. 001/2018

ANEXO VII

MINUTA CONTRATUAL Nº _____/2018

Processo Licitatório nº: 070/2018

Modalidade: Leilão nº. 001/2018

Fiscal do Contrato: Jones dos Santos

Gestor do Contrato: José Diquim Pacheco Silva

APROVADO

Declaro que Li e estou ciente de todo Contrato
Amely Maria de Almeida Pinheiro
OAB/MG 128.148
Procuradora Geral

Por este contrato administrativo de fornecimento, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **JOÃO CARLOS NOGUEIRA DE CASTILHO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 211.171 da SSP/DF e do CPF nº 096.557.941-72, residente e domiciliado na Rua José Félix, nº 59, Centro, em Presidente Olegário - MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____ pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº. _____._____/_____-_____, sediada _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____ – _____, neste ato **REPRESENTADA** por seu/sua representante legal o (a) Sr(a). _____, inscrito (a) no CPF nº. _____._____-_____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, sob a regência das Lei Federal nºs. 8.666/93, naquilo que couber, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

O contrato em tela será firmado de total acordo com o que estabelece a Lei de Licitações (Lei nº. 8.666/93), e suas posteriores alterações, integrantes do Processo Licitatório nº. 070/2018 por meio do Leilão nº. 001/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **venda de material reciclável selecionado na usina de triagem de lixo desta cidade.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações da CONTRATADA:

1. Executar os serviços fielmente em conformidade com a cláusula *Quarta* deste instrumento contratual;
2. Efetuar o pagamento na forma da Cláusula Sexta – “Do Pagamento e das Condições”;
3. Averiguar a qualidade e quantidade do objeto;
4. Notificar o MUNICÍPIO, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto;
5. A COMPRADORA se responsabilizará pela retirada do lote arrematado em data a ser acordada com o responsável da Usina de Triagem de Lixo desta cidade;
6. A COMPRADORA se responsabilizará pela apresentação da “GUIA DE ARRECADAÇÃO QUITADA”; que deverá ser retirada junto a Divisão de Tributação na sede da Prefeitura Municipal;
7. Antes da emissão da “GUIA DE ARRECADAÇÃO QUITADA”, a COMPRADORA deverá comunicar a Secretaria de Administração, por meio de planilha detalhada, devidamente assinada pelo responsável da Usina de Triagem de Lixo, a quantidade de material reciclável, que será retirada, a fim de que o mencionado setor fiscalize os dados constantes e, assim autorize o pagamento;
8. A COMPRADORA se responsabilizará por não ceder, permutar, vender ou de qualquer forma negociar o lote arrematado antes do pagamento e retirado dos bens na sede da Usina de Triagem de Lixo;

São obrigações da CONTRATANTE:

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



2. Designar o gestor do contrato para tomar as providências necessárias, de forma a garantir que os serviços prestados sejam executados de maneira eficiente e que todas as exigências deste edital sejam cumpridas;
3. Fiscalizar, acompanhar e avaliar a prestação dos serviços, tudo com vistas ao cumprimento do presente instrumento contratual e a sua perfeita execução;
4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação devendo comunicar ao **COMPRADOR**, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção;
5. Manter o lote arrematado em seu poder até a efetiva entrega ao adquirente os mesmo.

CLÁUSULA QUARTA – DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Os materiais serão distribuídos em um único lote, com as suas características, quantidades e preços mínimos fixados para alienação, e discriminados no **Anexo I** que é parte integrante deste Edital.
2. O MUNICIPIO reserva-se no direito de não efetuar a entrega do bem leiloado ao **COMPRADOR**, quando houver infringência ou desacordo com o previsto neste contrato, podendo rescindi-lo, nos termos do art. 78, inciso I, da Lei Federal nº8666/93.
3. O MUNICIPIO fornecerá a **COMPRADORA** o lote arrematado aproximadamente a cada 20(vinte) dias, todavia o prazo estabelecido poderá ser inferior ou superior ao citado.
4. As quantidades de materiais estipuladas do lote nº 1 constantes no Anexo I e no Anexo II, equivale a uma carga completa, sendo:

CARGA 01 - Materiais diversos: Aproximadamente 8.838 Kg (oito mil e oitocentos e trinta e oito) kgs, que deverá ser retirada sempre que solicitado pelo responsável da Usina, no prazo máximo de **72(setenta e duas) horas**.

- Em média uma carga se completa a cada 10(dez) dias.

CARGA 02 - Vidro: Aproximadamente 300 (trezentos) kgs, que deverá ser retirada toda vez que solicitada pelo responsável da Usina, no prazo máximo de **72(setenta e duas) horas**.

- Em média uma carga se completa a cada 30(trinta) dias.

5. O arrematante só poderá retirar a carga mediante a comprovação da quitação da guia de arrecadação, dessa forma é recomendado que seja feita a pesagem durante a manhã.
6. **A não execução, a execução incompleta ou insatisfatória dos serviços, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento.**

CLÁUSULA QUINTA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

1. A presente contratação será efetivada pelo período de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato.
2. O contrato poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes desde que em conformidade com o art. 57 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES

1. O arrematante efetuará, obrigatoriamente, no ato da compra, o pagamento integral do lote, mediante pesagem *in loco* do material reciclado.
2. O pagamento pelo lote será efetuado à vista, calculado sobre a quantidade aferida pela pesagem individualizada de cada item contido no lote, de acordo com o preço unitário ofertado sobre cada item, e, somente poderá ser feito em moeda corrente no país.
3. O pagamento será efetuado após a emissão da guia (documento de arrecadação municipal), a ser fornecida ao arrematante em plena conformidade à quantidade e descrição do material de reciclagem aferida na pesagem.
4. O lote arrematado não poderá ser pago em hipótese alguma através de cheque, nem mediante compensação de eventuais créditos junto à Prefeitura Municipal de Presidente Olegário-MG.
5. Todos os ônus fiscais e parafiscais, impostos, taxas, custos ou quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante, inclusive, no que se refere ao pagamento dos encargos fiscais que se fizerem necessários ao transporte/frete dos materiais descritos no ANEXO I.
6. O contratado que deixar de efetuar o pagamento, de acordo com o exigido no edital, será considerado inadimplente e submetido às sanções administrativas previstas nos incisos I do art. 87 da Lei 8.666/93, devendo recolher multa de 10% do valor arrematado, além do impedimento de participar dos próximos leilões da Prefeitura Municipal de Presidente Olegário, pelo prazo de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

1. Poderão ser realizadas alterações contratuais, com as devidas justificativas, respeitada a conformidade com o artigo 65 da lei 8.666/93.



CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parte inadimplida.
2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
3. A licitante, adjudicatária ou CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF e no CAGEFOR.
4. A multa, eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.
5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
6. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.
7. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da CONTRATADA, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.
8. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005:
 - a) Inexecução total ou parcial do contrato;
 - b) Apresentação de documentação falsa;
 - c) Comportamento inidôneo;
 - d) Fraude fiscal;
 - e) Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.
9. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.
10. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:
11. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
12. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.
13. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
14. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.
15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
16. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.



Município de Presidente Olegário - MG

Pç. Dr. Castelo - 10, Centro - 38750-000

☎ (34) 3811-1560 - (34) 3811-1231

www.po.mg.gov.br - E-mail: compras@po.mg.gov.br

17. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário - MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Presidente Olegário/MG, ____ de ____ de 2018.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

João Carlos Nogueira de Castilho

Prefeito Municipal

SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Jose Diquim Pacheco Silva, CPF. 013.070.846-13

SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Mateus Araujo de Freitas, CPF. 342.741.891-04

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Representante Legal:

TESTEMUNHAS:

I - _____
Jones dos Santos CPF: 035.634.946-22

II - _____
Fabricia Cristina Carvalho Barbosa Gomes CPF: 096.833.046-05



PROCESSO LICITATÓRIO N° 70/2018
LEILÃO N° 001/2018

ANEXO VIII

TERMO DE REFERÊNCIA

I – DO OBJETO:

VENDA DE MATERIAL RECICLÁVEL SELECIONADO NA USINA DE TRIAGEM DE LIXO DESTA CIDADE.

II – DA UNIDADES REQUISITANTES:

- a) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

III – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

1. Justifica-se a alienação dos materiais recicláveis selecionados na usina de triagem de lixo desta cidade com o intuito de evitar danos ao meio ambiente, bem como transformar os mesmos em receita financeira, possibilitando investimentos futuros para atender as necessidades da população.

IV – DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS A SEREM VENDIDOS:

1. O serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

V – DA VIGÊNCIA

1. A presente contratação será efetivada pelo período de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato.
2. O contrato poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes desde que em conformidade com o art. 57 da lei 8.666/93.

VI – DOS SERVIÇOS

1. Os materiais serão distribuídos em um único lote, com as suas características, quantidades e preços mínimos fixados para alienação, e discriminados no **Anexo I** e que é parte integrante deste Edital.
2. O MUNICIPIO reserva-se no direito de não efetuar a entrega do bem leiloado ao COMPRADOR, quando houver infringência ou desacordo com o previsto neste contrato, podendo rescindi-lo, nos termos do art. 78, inciso I, da Lei Federal nº8666/93.
3. O MUNICIPIO fornecerá a COMPRADORA o lote arrematado aproximadamente a cada 20(vinte) dias, todavia o prazo estabelecido poderá ser inferior ou superior ao citado.
4. A quantidade de materiais estipulada no Anexo I e forma de pagamento", lote nº01 equivale a uma carga completa, sendo:
CARGA 01 - Materiais diversos: Aproximadamente 8.838 Kg (oito mil e oitocentos e trinta e oito) kgs, que deverá ser retirada toda vez que solicitado pelo responsável da Usina, no prazo máximo de **72(setenta e duas) horas**.
- Em média uma carga se completa a cada 10(dez) dias.
CARGA 02 - Vidro: Aproximadamente 300 (trezentos) kgs, que deverá ser retirada toda vez que solicitada pelo responsável da Usina, no prazo máximo de **72(setenta e duas) horas**.
- Em média uma carga se completa a cada 30(trinta) dias.
5. O arrematante só poderá retirar a carga mediante a comprovação da quitação da guia de arrecadação, dessa forma é recomendado que seja feita a pesagem durante a manhã.
6. **A não execução, a execução incompleta ou insatisfatória dos serviços, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento.**

VII – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. O arrematante efetuará, obrigatoriamente, no ato da compra, o pagamento integral do lote, mediante pesagem *in loco* do material reciclado.
2. O pagamento pelo lote será efetuado à vista, calculado sobre a quantidade aferida pela pesagem individualizada de cada item contido no lote, de acordo com o preço unitário ofertado sobre cada item, e, somente poderá ser feito em moeda corrente no país.
3. O pagamento será efetuado após a emissão da guia (documento de arrecadação municipal), a ser fornecida ao arrematante em plena conformidade à quantidade e descrição do material de reciclagem aferida na pesagem.
4. O lote arrematado não poderá ser pago em hipótese alguma através de cheque, nem mediante compensação de eventuais créditos junto à Prefeitura Municipal de Presidente Olegário-MG.
5. Todos os ônus fiscais e parafiscais, impostos, taxas, custos ou quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante, inclusive, no que se refere ao pagamento dos encargos fiscais que se fizerem necessários ao transporte/frete dos materiais descritos no ANEXO I.



6. O contratado que deixar de efetuar o pagamento, de acordo com o exigido no edital, será considerado inadimplente e submetido às sanções administrativas previstas nos incisos I do art. 87 da Lei 8.666/93, devendo recolher multa de 10% do valor arrematado, além do impedimento de participar dos próximos leilões da Prefeitura Municipal de Presidente Olegário, pelo prazo de 02 (dois) anos.

VIII - São obrigações da CONTRATADA:

1. Executar os serviços fielmente em conformidade com a cláusula *Sexta – Dos serviços* - deste instrumento contratual;
2. Efetuar o pagamento na forma da Cláusula Sétima – “Da Forma de Pagamento”;
3. Averiguar a qualidade e quantidade do objeto;
4. Notificar o MUNICÍPIO, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto;
5. A COMPRADORA se responsabilizará pela retirada do lote arrematado em data a ser acordada com o responsável da Usina de Triagem de Lixo desta cidade;
6. A COMPRADORA se responsabilizará pela apresentação da “GUIA DE ARRECADAÇÃO QUITADA”; que deverá ser retirada junto a Divisão de Tributação na sede da Prefeitura Municipal;
7. Antes da emissão da “GUIA DE ARRECADAÇÃO QUITADA”, a COMPRADORA deverá comunicar a Secretaria de Administração, por meio de planilha detalhada, devidamente assinada pelo responsável da Usina de Triagem de Lixo, a quantidade de material reciclável, que será retirada, a fim de que o mencionado setor fiscalize os dados constantes e, assim autorize o pagamento;
8. A COMPRADORA se responsabilizará por não ceder, permutar, vender ou de qualquer forma negociar o lote arrematado antes do pagamento e retirado dos bens na sede da Usina de Triagem de Lixo;

IX - São obrigações da CONTRATANTE:

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
2. Designar o gestor do contrato para tomar as providências necessárias, de forma a garantir que os serviços prestados sejam executados de maneira eficiente e que todas as exigências deste edital sejam cumpridas;
3. Fiscalizar, acompanhar e avaliar a prestação dos serviços, tudo com vistas ao cumprimento do presente instrumento contratual e a sua perfeita execução;
4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação devendo comunicar ao **COMPRADOR**, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção;
5. Manter o lote arrematado em seu poder até a efetiva entrega ao adquirente os mesmo.

X – DA SUBCONTRATAÇÃO:

1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

XI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:
 - 1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 1.3 fraudar na execução do contrato;
 - 1.4 comportar-se de modo inidôneo;
 - 1.5 cometer fraude fiscal;
 - 1.6 não mantiver a proposta.
2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 2.1 Advertência;
 - 2.2 Multa, nos seguintes percentuais:
 - 2.2.1. 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total arrematado, por dia de atraso na inexecução do contrato;
 - 2.2.2. 3,0% (três por cento) sobre o valor total arrematado, por inexecução parcial das obrigações contratuais;
 - 2.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, por inexecução total das obrigações contratuais.
 - 2.3 Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
 - 2.4 Impedimento de licitar e contratar;
 - 2.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso V do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

XII – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

1. A Secretaria Municipal requisitante reserva para si o direito de não aceitar qualquer serviço prestado em desacordo com o previsto no Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais e/ou técnicas pertinentes ao objeto.



Município de Presidente Olegário - MG
Pç. Dr Castilho – 10, Centro – 38750-000
☎ (34) 3811-1560 - (34) 3811-1231

www.po.mg.gov.br - E-mail: compras@po.mg.gov.br

2. Este Termo de Referência é regido pelas normas de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma dos arts. 54 e 55, XII, da Lei nº 8.666/93.

José Diquim Pacheco
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos
Município de Presidente Olegário-MG

Mateus Araújo de Freitas
Secretário Municipal de Administração
Município de Presidente Olegário-MG